



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Magistratura mineira tem alta produtividade

AMAGIS



Nelson Missias, Rodrigo Pacheco, Laudívio Carvalho e Maurício Soares

Relatório do CNJ, divulgado em setembro, confirma a alta produtividade da Magistratura mineira. A atuação dedicada dos magistrados, com uma média de mais sete processos solucionados por dia útil, garantiu o cumprimento da Meta 1 do Conselho.

PÁGINAS 12 e 13

Cresce a mobilização contra o extrateto remuneratório

A Amagis, AMB e demais Associações intensificaram a mobilização contra a aprovação do PL 6.726/16, que trata do extrateto remuneratório. Os dirigentes reuniram-se com o presidente da Comissão Especial do projeto, deputado Benito Gama, no dia 12 de setembro e, no dia 3 de outubro, reuniram-se com vários deputados mineiros e participaram de audiência pública que discutiu o assunto. **PÁGINA 3**

Silviano Santiago e viola caipira são destaques da MagisCultura

PÁGINA 15

SAÚDE!

JUÍZES APROVAM E RECOMENDAM CHECK-UP

Lançado há pouco mais de um mês, o programa de Check-up da Amagis Saúde teve grande aceitação da Magistratura mineira. Os juízes que aniversariaram em setembro realizaram, gratuitamente, os exames em uma das clínicas credenciadas pelo plano para realizar o serviço. Eles não só aprovaram a iniciativa como recomendaram a todos os magistrados que façam uso do presente de aniversário. **PÁGINA 24**

Desempenho da Magistratura é também sua principal defesa

MAURÍCIO SOARES*

Ao contrário da má-vontade de alguns, a atuação dedicada e o alcance social da Magistratura são os principais aliados e argumentos em defesa de seus direitos e prerrogativas, como melhores condições de trabalho e de segurança, reconhecimento e valorização da carreira. É o que reafirmam dados estatísticos realizados por quem tem a responsabilidade institucional de fazer o controle externo do Judiciário e dos magistrados.

Mesmo em condições e contexto adversos, os magistrados, especialmente os mineiros, confirmaram, no ano passado, o compromisso e o esforço diuturno para conferir mais celeridade e eficiência aos processos. Apesar do déficit de juizes, a Magistratura mineira se mostra empenhada e comprometida

atividade. No último ano, cada juiz solucionou 1.749 processos, mais de sete por dia útil. No TJMG, o relatório indicou que cada magistrado julgou, em média, 1.881 processos no ano passado.

São frutos do inegável esforço de magistrados e servidores para atender à população, mesmo em cenários de sobrecarga de trabalho, crescimento do ingresso de ações, diminuição de recursos e crise econômica.

Os resultados positivos também refletem o trabalho incessante da Amagis para garantir aos juizes e desembargadores do Estado as melhores condições para exercerem a judicatura com independência, isenção e segurança.

Ainda assim, o elevado desempenho não foi suficiente para desestimular desafetos e detratores, até mesmo

“Mesmo em condições e contexto adversos, os magistrados confirmaram o compromisso e o esforço diuturno com a Justiça”

a prestar o melhor serviço possível aos jurisdicionados e legitimar o papel da Justiça de garantidora dos direitos individuais, coletivos e sociais.

De acordo com os dados do CNJ, divulgados no mês passado, o TJMG e o TRE mineiro estão, por meio do trabalho de cada um, entre os 11 tribunais do País que têm cumprido a Meta 1 estabelecida para o ano de 2017. De janeiro a junho, foram distribuídos 720.833 processos no TJ e foram julgadas 724.687 ações, com percentual de cumprimento de 100,53%. No TRE, a produtividade foi maior ainda de 170,2% (distribuídos, 24.949; julgados, 42.465). Além disso, o bom desempenho evita o crescimento do estoque de processos não julgados.

No total, o Judiciário brasileiro encerrou 2016 com quase 79,7 milhões de processos, com o ingresso de 29.351.145 novos casos e 29.427.540 ações baixadas. Os números também apontam que a carga de trabalho do magistrado é alta, assim como a pro-

entre aqueles que conhecem de perto a realidade do Judiciário e seus desafios. Nada justifica a desqualificação e o desrespeito, até porque, aos insatisfeitos, existem os recursos que devem ser julgados, com serenidade e equilíbrio, à luz da Constituição e das leis.

Venham de onde quer que seja, os ataques receberão o enfrentamento necessário e adequado, assim como outras demandas em defesa da classe. A defesa intransigente tem sido a vocação na trajetória de 62 anos de nossa Amagis, completados neste 21 de outubro.

Neste momento, por exemplo, estamos atentos e vigilantes à tramitação de projetos que afetam a Magistratura, como o PL 6.726/16, que regulamenta o limite remuneratório no serviço público. Em setembro, atuamos para ampliar a interlocução com a Comissão especial desse projeto, de modo a facilitar o diálogo e esclarecer sobre os efeitos negativos da medida para a carreira. ■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE DECISÃO!

Mobilização intensa
contra o extrateto

PÁG 03

Amagis busca ampliação
de cargos no orçamento

PÁG 04

Defesa do direito
à suspensão de férias

PÁG 05

Procedimento reforça
segurança em BH

PÁG 06

Associações repudiam
declarações de ministro

PÁG 07

Núcleo alertará
sobre demandas fraudulentas

PÁG 08

Juizes fazem TJ
cumprir meta do CNJ

PÁG 12

Juiz defende alternativas
a medidas do ECA

PÁG 14

Associação recebe
22 novos filiados

PÁG 16

Amagis faz 62 anos
em defesa da classe

PÁG 17

Juizes revelam
atrativos de colônias

PÁG 19

SAÚDE!

Conselho atualiza
regulamento dos planos

PÁG 22

Juizes recomendam
Check-up da Amagis Saúde

PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíza Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíza Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíza Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Rua Albina, 194 • Cruzeiro • Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Mobilização intensa contra o extrateto

Dirigentes reuniram-se com o deputado Benito Gama, que preside a Comissão do PL 6.726/16, e vários parlamentares

Atento às movimentações no Congresso Nacional, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, juntamente com a AMB e representantes de Associações de magistrados de todo o País, acompanhou, no dia 12 de setembro, a instalação da Comissão Especial sobre o Extrateto Remuneratório do Funcionalismo Público, criada para elaborar o parecer sobre o PL 6.726/16, cujo objetivo é regulamentar o limite remuneratório no serviço público.

Após a instalação da comissão, Maurício Soares, acompanhado do vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e do vice-presidente de Planejamento Estratégico da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, encontrou-se com o deputado Benito Gama, presidente da Comissão Especial do PL 6.726/16.

Segundo Maurício Soares, em setembro, as Associações atuaram para tentar contribuir com a Comissão, de modo a facilitar o diálogo e esclarecer sobre o impacto da medida para o Judiciário. "Esse trabalho conjunto foi importantíssimo para manter essa interlocução com o Legislativo nesse projeto", afirmou.

No dia 3 de outubro, o presidente Maurício Soares participou da audiência pública da Comissão Especial sobre o teto remuneratório, que discutiu o projeto com representantes da Magistratura e do Ministério Público. No mesmo dia, o presidente da Amagis, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e o vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, reuniram-se com os deputados federais mineiros Rodrigo Pacheco, presidente da CCJ da Câmara, Laudívio Carvalho e Paulo Abi-Ackel.

Entre os assuntos abordados, estão projetos como o PL 6.726/16, o PL 5.696/2001, que transfere as questões de família para os Juizados Especiais, e o PL 5.511/2016, que torna obrigatória a participação de advogado na solução consensual de conflitos, tais como a conciliação e a mediação. Os dois projetos foram aprovados pela CCJ da Câmara. As lideranças da Magistratura atuam para submetê-los à análise do Plenário da Câmara, antes de serem encaminhados ao Senado.

Nas últimas viagens à capital federal, Maurício Soares reuniu-se com deputados, senadores e com ministros do STF, entre eles a presidente Cármen Lúcia. ■

AMAGIS



Nelson Missias, Jayme de Oliveira, Paulo Abi-Ackel e Maurício Soares

AMAGIS



Alberto Diniz, Nelson Missias, Benito Gama e Maurício Soares



Amagis busca ampliação de cargos no orçamento

Associação atuará pela valorização da 1ª instância

AMAGIS



Ronaldo Claret, Herbert Carneiro, Geraldo Augusto e Maurício Soares

Com a chegada da proposta orçamentária do TJMG para 2018, no final deste mês, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a Amagis passará a atuar em duas frentes com o propósito de garantir a valorização da 1ª instância e da carreira da Magistratura.

O primeiro campo de atuação é o próprio Legislativo, com o objetivo de aprovar a proposta que prevê R\$ 5,138 bilhões para as despesas de pessoal e R\$ 845,164 milhões para investimentos de custeio operacional do Tribunal de Justiça.

Além da interlocução com os parlamentares na ALMG, a Associação manterá diálogo constante com o Comitê Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, Órgão Especial e a Presidência do Tribunal, conforme adiantou a vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Cristiana Gualberto, que integra o comitê.

De acordo com a magistrada, a partir de ações mais assertivas da Amagis na execução da proposta orçamentária, há espaço para a alocação de mais comissionados e mais estagiários para o apoio direto às atividades judicantes de primeiro grau. *(Leia mais na entrevista ao lado).*

ATUAÇÃO

Nos últimos dois meses, a Associação tem atuado diariamente para garantir a valorização da classe nas discussões sobre o orçamento do TJMG. No dia 11 de setembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, participaram da apresentação do orçamento feita pelo presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro.

Durante o processo de elaboração do orçamento, a Amagis contou com a consultoria do professor e parecerista Jair Santana, ex-magistrado e ex-superintendente de Orçamento do TJMG, e reuniu-se com o Comitê Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, para consolidar as propostas apresentadas ao orçamento. ■

ENTREVISTA

Cristiana Gualberto, vice-presidente Administrativa

Qual avaliação da senhora sobre o orçamento aprovado?

No atual cenário econômico, não podemos querer um orçamento perfeito; o modelo necessário aos propósitos do primeiro grau de jurisdição, mas posso dizer que o orçamento aprovado foi o melhor dentro do que era possível. Agora é trabalhar para que ele ocorra, porque a divisão das verbas orçamentárias está aquém da necessidade da demanda.

Qual o caminho para conseguir novos avanços?

No orçamento aprovado pelo Órgão Especial, há espaço para, no momento de sua execução, implementar medidas necessárias à priorização do primeiro grau, com a destinação de nova força de trabalho.

Como será a atuação da Amagis para tentar garantir mais avanços para a primeira instância?

A Amagis deverá atuar junto às comissões administrativas, Comitê Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, Órgão Especial e Presidência do Tribunal na busca da implementação das mudanças necessárias à distribuição equitativa do orçamento e da força trabalho, buscando sempre a construção de um processo dialógico e dialético.

Quais avanços podem ser obtidos para a primeira instância na execução orçamentária?

Na execução da proposta orçamentária, há espaço, através de ações e atitudes mais assertivas da Associação, para garantir a alocação de mais cargos em comissão e de mais estagiários de graduação e de pós-graduação e na área de apoio direto à atividade judicante de primeiro grau. ■

Defesa do direito à suspensão de férias

Presidente enviou ofício ao TJMG pleiteando o benefício

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, enviou ofício ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, no dia 20 de setembro, pleiteando que os magistrados mineiros tenham o direito de suspender os dias de férias anuais a que têm direito.

No documento, o presidente da Associação observou que as férias serão inden-

izadas de acordo com a disposição orçamentária e financeira do TJ. Destacou também que, no regime atual, esses pagamentos sempre foram feitos de acordo com a disponibilidade do Tribunal e com o prudente arbítrio do presidente do TJMG.

A exemplo da decisão do Tribunal que suprimiu a proibição de gozo de férias-prêmio enquanto não esgotada a fruição das férias regulamentares, atendendo a pedido da Amagis, Maurício Soares defendeu que, reconhecer o direito de juízes e desembargadores de suspenderem as férias, garan-

te o mesmo tratamento entre os membros do Ministério Público de Minas Gerais à Magistratura mineira.

O presidente da Amagis argumentou ainda que a possibilidade de gozo de férias-prêmio, antes de esgotada a fruição das férias regulares, torna frágil o argumento de "prejuízo efetivo à saúde do magistrado, ante a enorme carga de trabalho por ele exercida", alegado no relatório do procedimento administrativo, que defendeu o indeferimento da suspensão das férias regulamentares pelos magistrados. ■

Comunicação ganha diretor e novo foco

Christyano Generoso estuda outras medidas para o setor

O diretor-secretário da Amagis, juiz Christyano Lucas Generoso, da 22ª Vara Cível de Belo Horizonte, assumiu, no dia 29 de setembro, o cargo de diretor de Comunicação da Associação. A portaria de nomeação foi assinada pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, no dia 22 de setembro.

A primeira medida da nova diretoria de comunicação será a criação da conta oficial da Amagis no WhatsApp para a divulgação das principais informações da Amagis diretamente aos associados por meio dos smartpho-

IZABELA MACHADO



Maurício Soares e Christyano Generoso

nes. O objetivo é tornar a comunicação com os magistrados ainda mais dinâmica.

O juiz Christyano Generoso disse que recebeu com muita satisfação o convite do presidente da Amagis e que espera contribuir com a Associação, em especial na divulgação das boas práticas desenvolvidas pela Magistratura, reafirmando a valorização da carreira e a importância social da classe.

O diretor de Comunicação trabalha com o setor de Assessoria de Comunicação (Ascom) da Associação na definição de estratégias de interação e comunicação com os associados e divulgação das atividades da Amagis em defesa da Magistratura, além da atuação dos magistrados perante o público externo. Envie sugestões de pauta para imprensa@amagis.com.br ■

RÁPIDAS

★ A desembargadora aposentada Mariza de Melo Porto recebeu, no dia 21 de setembro, das mãos do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a placa em homenagem aos magistrados que se aposentaram em 2016. A entrega foi feita na sede da Associação, já que a magistrada não pôde comparecer ao evento realizado em agosto.



★ O juiz Flávio Umberto Moura Schmidt, da Comarca de Muzambinho, lançou, no dia 6 de setembro, no Parque Esportivo da Amagis, o livro "Modelo de pronunciamentos judiciais do novo CPC". O presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, esteve presente ao lançamento. Publicado pela editora JH Mizuno, o livro pode ser adquirido pelo site editorajhmizuno.com.br ou pelo telefone (35) 99143-7744.



★ O desembargador Pedro Bernardes, vice-presidente e corregedor do TRE-MG, foi agraciado, no dia 5 de setembro, pela Câmara Municipal de Muriaé (Zona da Mata), com o título de honra ao mérito e a comenda Martins da Costa. A solenidade foi realizada no Centro Universitário Unifaminas.

Procedimento reforça segurança em BH

Visitantes precisarão se cadastrar para ter acesso aos prédios da Justiça

Pauta permanente no diálogo entre a Amagis e o TJMG, a segurança nos prédios da Justiça de primeira instância de Belo Horizonte ganhou importante reforço com aviso da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, publicado no dia 4 setembro, determinando que todo visitante deverá se cadastrar para ter acesso às dependências das unidades judiciárias da capital.

JOUBERT OLIVEIRA



Inspeção de segurança no Fórum Lafayette

De acordo com informações do TJMG, cerca de 12 mil pessoas circulam diariamente nos prédios da Justiça em Belo Horizonte, e a medida visa coibir a entrada

desautorizada de armas, objetos ou de substâncias inflamáveis, reduzindo o risco de incidentes.

Ao realizar o cadastro, os visitantes deverão indicar qual

setor pretendem ir, podendo passar por inspeção de segurança, independentemente da ativação dos detectores de metais e da identificação por meio de documentos.

Magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, servidores da Justiça, advogados e estagiários, que se identificarem por meio de documento oficial válido ou crachá, não precisarão se cadastrar.

Amagis discute direitos das pensionistas

Reunião tratou da manutenção das conquistas de toda a classe

IZABELA MACHADO

O vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, juiz José Martinho Nunes Coelho, e a diretora de Pensionistas, Marlene Fernandes, reuniram-se, no dia 12 de setembro, com as pensionistas da Magistratura mineira, ampliando e fortalecendo o diálogo sobre os desafios a serem enfrentados na crise pela qual passa o País.

José Martinho falou sobre a atuação da Amagis em Brasília,



Marlene Fernandes e José Martinho

que está empenhada em impedir o avanço de projetos que podem impor, em consequência, retrocessos no Judiciário e afetar direitos da classe. O magistrado ressaltou que o momento exige união e solidariedade, esclarecendo ainda que a diretoria está estudando

o pleito das pensionistas de terem direito a voto nas assembleias da Associação.

Marlene Fernandes destacou o trabalho da Amagis com relação à tramitação da Reforma da Previdência, a fim de impedir retirada de direitos de toda a classe. Também es-

clareceu dúvidas das pensionistas sobre descontos no contracheque, pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e reajuste dos benefícios.

Na ocasião, a coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, apresentou o Programa Check-Up, uma iniciativa que tem o objetivo de buscar uma qualidade de vida cada vez melhor para os usuários do plano (*saiba mais na página 24*). ■

Associações repudiam declarações de ministro

Entidades defendem a independência de julgar da Magistratura

A Amagis aderiu, no dia 27 de setembro, às manifestações das Associações de Magistrados contra as declarações do ministro Gilmar Mendes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que depreciaram o trabalho dos juizes.

No dia anterior, ao votar pelo fim da prisão domiciliar do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, o ministro afirmou que magistrados “proveitadores” praticam “populismo constitucional”, ofendendo e desqualificando o trabalho dos juizes.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reafirmou que, às partes e aos insatisfeitos com as decisões judiciais, existem os recursos que devem ser

julgados, com serenidade e equilíbrio, à luz da Constituição e das leis. “Nada justifica o desrespeito ao trabalho dedicado de magistrados”, pontuou.

Em nota, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, repudiou a declaração do ministro Gilmar Mendes e observou que a divergência de entendimento é própria do Poder Judiciário, especialmente em ambiente colegiado, mas não se pode admitir a postura sistemática de agredir os que pensam

de modo contrário. “Se alguém está brincando, por certo não são os juizes e desembargadores que cumprem com seriedade a legislação brasileira”, disse.

A Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) divulgou nota de repúdio na qual defendeu que uma Justiça forte, independente e resistente a pressões é um dos pressupostos do Estado de Direito e da democracia.

A Amaerj ressaltou ainda que a prisão

domiciliar do ex-governador foi determinada e devidamente fundamentada pelo juiz Ralph Manhães, da 100ª Zona Eleitoral de Campos dos Goytacazes (RJ), que o condenou a 9 anos e 11 meses de prisão por corrupção eleitoral, associação criminosa, coação de duas testemunhas e supressão de documentos. A decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. ■

AMAGIS 62 anos

Fundado em

21 de outubro de 1955

Atuação permanente em
defesa da Magistratura,
do Judiciário e
da cidadania.



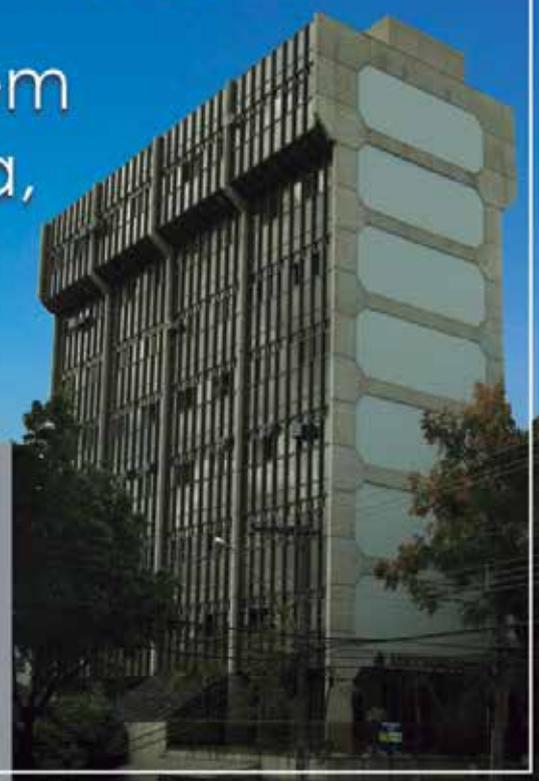
facebook.com/Amagis



twitter.com/AmagisMG



youtube.com/AmagisMG



Núcleo alertará sobre demandas fraudulentas

Grupo pretende emitir primeiro comunicado até o final deste mês

Até o fim deste mês, o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopede), instituído pela Corregedoria-geral de Justiça de Minas Gerais, no dia 16 de agosto, pretende emitir um comunicado alertando os juizes sobre as demandas fraudulentas, utilizadas para golpes no Estado e identificadas pelo grupo nos primeiros meses de atuação.

A denúncia da existência de indústria de fraudes foi feita pelo jornal DECISÃO, na edição de agosto, por meio das Comarcas de Varginha e Passos, registrando ação criminosa de alguns advogados. O modus operandi é quase sempre o mesmo. Com informações privilegiadas, levantam dados de pessoas com o nome negativado em órgãos de restrição (SPC/Serasa) e, aproveitando-se da ingenuidade e da falta de instrução delas, as aliciam como clientes, para aplicar os golpes. Ao constatar que havia irregularidades na negativação dos nomes, entram com ações judiciais. Porém, quando recebem a indenização não a repassavam às pessoas de direito.

Segundo o juiz auxiliar da Corregedoria, Guilherme Lima Nogueira da Silva, que integra o Numopede, apesar de o núcleo ter sido constituído há pouco tempo, a Corre-

gedoria já vinha atuando na repressão a demandas fraudulentas, o que contribui para a atuação do grupo. Na avaliação dele, a criação do Numopede cumpriu papel importante, uma vez que os procedimentos contra essas ações passam a ser sistematizados.

O magistrado observou ainda a importância de que tribunais de todo o País criem núcleos para o monitoramento dessas demandas, pois, na medida em que as fraudes são identificadas e combatidas, há a tendência de que os criminosos levem a prática para outros Estados. "Hoje, temos contato com as Corregedorias de vários Estados para trocar informações e termos conhecimento das fraudes que estão ocorrendo em outras regiões", adiantou.

Guilherme Lima apontou ainda a importância da contribuição dos magistrados e servidores, da OAB-MG e das próprias partes para ajudar na identificação de demandas fraudulentas.

O juiz destacou que o objetivo da Corregedoria é garantir que todos tenham acesso à Justiça, já que as ações predatórias causam prejuízo aos cidadãos, pois o tempo dos magistrados está sendo tomado pela análise de um litígio ilegítimo, que é produto de uma fraude. ■

Ações fraudulentas impedem o Judiciário de julgar ações legítimas

AGÊNCIA CNJ



HGC
SAÚDE

WIDEX

APARELHOS AUDITIVOS

FEITO PARA VOCÊ



As denúncias podem ser encaminhadas ao núcleo pelo e-mail
numopede@tjmg.jus.br.

**A PARTIR DE AGORA
A HGC SAÚDE POSSUI
CONVÊNIO COM A AMAGIS.**

- 10% de desconto a vista
- Garantia de acordo com o modelo adquirido.
- teste domiciliar sem compromisso

Entre em contato:

31 3261-8003 (Matriz)
Av. Getúlio Vargas, 668,
Loja 1 e 2 - Funcionários.

31 3653-8003 (Filial)
Rua Padre Rolim,
769/501 - Santa Efigênia

TJ planeja expansão do PJe nos Juizados Especiais

Justiça Comum atingiu a marca de um milhão de processos no PJe

Com a instalação do Processo Judicial eletrônico (PJe) nos Juizados Especiais das Comarcas de Betim e Contagem, na Grande Belo Horizonte, o TJMG planeja a expansão do sistema para todas as comarcas de Minas Gerais, na quais os Juizados Especiais já foram instalados.

De acordo com o desembargador Wilson Benevides, superintendente de Tecnologia da Informação do TJMG, a implantação do PJe em Betim e Contagem foi importante para que o fluxo do sistema fosse ajustado aos procedimentos adotados nos Juizados Especiais. Ele comentou que a escolha pelas duas comarcas da Grande

BH deveu-se ao porte das duas cidades e pela proximidade com a capital.

O magistrado disse ainda que a instalação do sistema nos Juizados Especiais ocorre em um momento importante, pois, nos últimos anos, tem aumentado a procura dos cidadãos pelos juizados, particularmente nas varas de Fazenda Pública. "É preciso informatizar, pois os juizados vão precisar muito do PJe daqui para a frente", observou.

Segundo o desembargador Wilson Benevides, na virada do ano, as unidades jurisdicionais que já operam com o PJe irão adotar a versão 2.0 do sistema, sem nenhum prejuízo

PJe informatiza tramitação dos processos

ROSE MAY



para os procedimentos, já que não haverá alteração no fluxo de informações. De acordo com ele, a nova versão trará mais recursos e, consequentemente, mais agilidade para o trabalho das secretarias.

Em Minas Gerais, ao contrário do restante do País, o PJe foi instalado inicialmente na Justiça Comum e já atin-

giu a marca de um milhão de processos nesse formato. Atualmente, o PJe está presente em 45 comarcas de Minas Gerais, das quais 29 são de entrância especial e 17 de segunda entrância.

A expectativa é de que, com a instalação do sistema nos Juizados Especiais, esse montante aumente muito mais. ■

DE COMARCA EM COMARCA

✦ O juiz Rodrigo Carvalho Assumpção foi removido, por antiguidade, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude, da Comarca de Paracatu, para o cargo de juiz do Juizado Especial da mesma comarca.

✦ José Rubens Borges Matos foi promovido, por antiguidade, do cargo de 39º juiz substituto, respondendo pela Comarca de Malacacheta, para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Paracatu.

✦ Flávio Junqueira Silva, que respondia pela Comarca de Caxambu, como 103º

juiz substituto, foi promovido por merecimento, sem remoção, para o cargo de juiz do Juizado Especial de Três Corações. A juíza Fernanda Machado de Moura Leite e o juiz Flávio Branquinho da Costa ficaram como remanescentes.

✦ Paula Roschel Husaluk, que respondia pela Comarca de Buritis, como 186ª juíza substituta, foi promovida, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível de Paracatu.

✦ O juiz Ramon Moreira foi promovido, por antiguidade, da 1ª Vara Cível da Comarca de Formiga para

o cargo de 36º juiz auxiliar de Belo Horizonte.

✦ Permuta entre as juízas Flávia de Vasconcelos Araújo, de São João Nepomuceno, e Elisa Eumenia Mattos Machado Penido, de Leopoldina.

✦ Wagner Sana Duarte Moraes foi removido, por merecimento, do cargo de 41º juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública de Belo Horizonte, para o cargo de 7º juiz da 3ª unidade jurisdicional do Juizado Especial Cível de Belo Horizonte.

✦ Marcos Antônio da Silva foi removido, por mereci-

mento, do cargo de 8º juiz auxiliar de Belo Horizonte para o cargo de 41º juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública da capital.

✦ O juiz Mateus Bicalho de Melo Chavinho foi removido, por merecimento, da 5ª Vara Cível da Comarca de Contagem para o cargo de 8º juiz auxiliar de Belo Horizonte.

✦ A juíza Maraíza Francisca Escolástica Maciel Costa foi promovida, por antiguidade, da 2ª Vara Cível de Três Corações para a 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Varginha.



lucastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br



MARCELO SANT'ANNA - IMPRENSA MG

Francisco Kupidowski

Qual a importância da experiência do sr. na Magistratura para o trabalho na secretaria?

Tem uma importância muito grande, pois militei por 10 anos na área criminal, à frente da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte. Com o passar dos anos, adquire-se experiência no trato com o preso, que é um ser humano como outro qualquer e merece ser bem tratado. Esse período me ajudou bastante, principalmente nas questões referentes à ressocialização do apenado.

Como a secretaria tem atuado na segurança dos presídios?

A segurança das unidades prisionais é uma das prioridades da secretaria. Não se pode conceber uma unidade prisional que não esteja bem aparelhada. Estamos incorporando novas tecnologias para termos uma estrutura de segurança funcionando da forma mais avançada possível. A segurança das unidades prisionais é uma obrigação do Estado e deve estar preparada para, quando necessário, coibir tentativas de fuga, motins e rebeliões.

Como o senhor avalia o papel dos agentes prisionais no sistema prisional?

A valorização do servidor do sistema prisional, em especial do agente penitenciário é uma das metas

da secretaria. Ele atua em uma condição de trabalho estressante, pois, a cada momento, convive com o risco. Estamos valorizando os agentes prisionais, dando a assistência necessária, atendendo suas reivindicações, como a progressão na carreira e a carteira funcional, inclusive com o porte de arma.

Como os agentes prisionais estão sendo preparados para desempenhar suas funções?

A secretaria está promovendo a capacitação dos agentes prisionais. Hoje, quando ele toma posse, já fez o treinamento com armas de fogo. Entre os cursos promovidos, está a escolta hospitalar. Notamos em algumas situações que, quando a escolta fardada, equipada com armamento não letal, chegava ao hospital, isso causava um alvoroço no local. A partir da capacitação, procuramos deixar claro que, na escolta hospitalar, o agente deve ser o menos notado possível. Em casos específicos, quando pode haver tentativa de resgate, ou até mesmo extermínio do preso, a orientação é de que uma das áreas do hospital seja isolada para a escolta.

Qual o objetivo da capacitação para intervenção rápida?

A política prisional atua em uma situação

distinta, intramuros, portanto, as técnicas utilizadas precisam ser diferentes. A intervenção rápida é necessária quando, por exemplo, um motim tem início. Nesses casos, é preciso a atuação imediata de um conjunto de agentes que compõe o Grupo de Intervenção Rápida. Essa ação deve ser feita de forma comedida e com bom senso, para que não haja feridos ou para que a situação não se agrave.

O que tem sido feito para a ressocialização dos presos?

Na criação da secretaria, foi instituída a Subsecretaria de Humanização do Atendimento, que tem à frente a defensora pública Emília Castilho. Acredito na ressocialização do preso por meio do trabalho e, para aqueles que já cumprem os critérios para trabalhar, nós estamos encontrando ocupação. Em dois meses, com 25% da população carcerária em atividade, Minas Gerais passou a ser, na região sudeste, o Estado com o maior número de presos trabalhando. Outra iniciativa importante é a educação, por isso, estamos inaugurando salas de aula nas unidades prisionais. ■

Um ano à frente da Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais, Francisco Kupidowski, desembargador aposentado do TJMG e membro do Conselho Gestor da Amagis Saúde, conta com sua experiência de mais de 30 anos de Magistratura para administrar o sistema carcerário, cuja população supera em 40% o número de vagas oferecidas em Minas Gerais. Para enfrentar esse desafio, o secretário fixou como metas a ampliação da segurança no sistema prisional, a valorização e capacitação dos servidores que atuam no setor e a humanização no tratamento dos apenados.

“A segurança das unidades prisionais é uma das prioridades da secretaria. Não se pode conceber uma unidade prisional que não esteja bem aparelhada.”

“Acredito na ressocialização do preso por meio do trabalho e, para aqueles que já cumprem os critérios para trabalhar, nós estamos encontrando ocupação.”

JUÍZES FAZEM TJ CUMPRIR META DO CNJ

TJMG é o primeiro tribunal do País no índice de conciliação da pesquisa Justiça em Números

Dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 4 de setembro, mostram que **o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) está entre os dez tribunais estaduais do País que têm cumprido a Meta 1 estabelecida pelo CNJ para o ano de 2017.** Os números foram apresentados durante a Reunião Preparatória do XI Encontro Nacional do Poder Judiciário em Brasília.

A Meta 1 determina o julgamento de mais processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. De janeiro a junho, foram distribuídos no TJMG 720.833 processos e foram julgadas 724.687 ações, o que representa um percentual de cumprimento de 100,53%. Na prática, o bom desempenho evita o crescimento do estoque de processos não julgados.

A Justiça Eleitoral mineira também é um dos destaques no cumprimento da Meta 1. O TRE-MG está entre os 11 tribunais eleitorais do País que cumpriram a proposta do CNJ de janeiro a junho deste ano. No período, foram distribuídos 24.949 processos no Tribunal e julgados 42.465, o que indica um percentual de cumprimento de 170,2%.

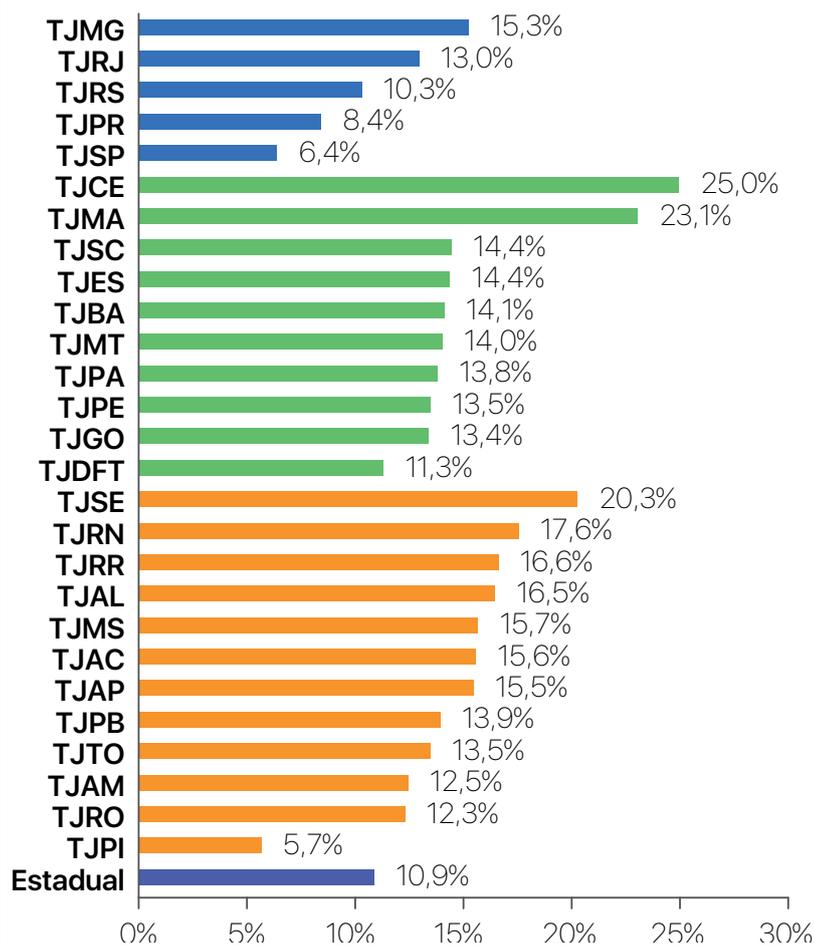
PRODUTIVIDADE

Outro dado positivo alcançado pelos magistrados mineiros foi apontado pelo aumento do Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que consta no Relatório Justiça em Números 2017 (ano-base 2016) divulgado também pelo CNJ em setembro. O indicador verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos foi capaz de baixar processos equivalentes ao quantitativo de casos novos. Segundo a pesquisa, o IAD subiu de 95,7% em 2015 para 99% em 2016.

No total, o Poder Judiciário brasileiro encerrou 2016 com quase 79,7 milhões de processos, com o ingresso de 29.351.145 novos casos e 29.427.540 ações baixadas, sendo que a Justiça Estadual é o segmento responsável por 79% dos processos em tramitação no País. Os dados do CNJ também apontam que a carga de trabalho do magistrado é alta, assim como a produtividade. No último ano, cada juiz solucionou 1.749 processos, mais de sete por dia útil. No TJMG, o relatório indicou que cada magistrado julgou, em média, 1.881 processos no ano passado.

De acordo com o anuário, o número de casos sentenciados no País registrou a mais alta variação da série histórica. Em 2016, o número de sentenças e decisões cresceu 11,4%, enquanto o crescimento acumulado dos seis anos anteriores foi de 16,6%. Com isso, a produtividade de magistrados e

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO



FONTE: CNJ

servidores resultou em 30,8 milhões de casos julgados.

No TJMG, o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) apontado na pesquisa chegou a 1.899 no 1º grau. No 2º grau, esse número foi de 1.766. O relatório mostra também que cada magistrado de 1º grau do Tribunal mineiro recebeu, em média, 1.619 casos novos em 2016. Já o magistrado de 2º grau recebeu, em média, 1.799 novos processos.

No ano passado, a carga de trabalho do magistrado mineiro de 1º grau chegou a 6.660 processos. No 2º grau, esse número foi de 4.471. O indicador calcula a média de trabalho que cada magistrado teve em 2016.

CAMPEÃO DE CONCILIAÇÕES

Em 2016, o Judiciário mineiro foi o campeão, entre os tribunais de grande porte do País, no número de conciliações, com 15,3%. O índice é maior também do que o registrado no ano de 2015, quando o TJMG alcançou 13,71% de acordos, ficando em segundo lugar entre os tribunais de grande porte, que

são Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Nos dois casos, os magistrados mineiros ultrapassaram a média nacional em homologação de acordos. Em 2016, a média nacional de conciliação entre todos os Tribunais de Justiça Estaduais ficou em 10,9%, enquanto em 2015, a média nacional foi de 9%.

INSTALAÇÃO DE CEJUSC

No ano passado, o TJMG atingiu a marca de 93 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), ficando em segundo lugar entre os Tribunais de grande porte nesse quesito. O Tribunal de Justiça de São Paulo foi o que mais instalou os centros, com 191 unidades.

Para o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, os números demonstram o compromisso da Justiça Estadual mineira para conferir mais celeridade e eficiência aos processos e o reconhecimento de um esforço diuturno por parte dos magistrados. “Mesmo diante de um déficit de 19,8% de juízes no Brasil e de condições de trabalho muitas vezes

adversas, a Magistratura mineira se mostra empenhada e comprometida a prestar o melhor serviço possível aos jurisdicionados e legitimar o papel da Justiça de garantidora dos direitos individuais, coletivos e sociais. Os resultados positivos também refletem o trabalho incessante da Amagis para garantir aos juízes e desembargadores do Estado as melhores condições para exercerem a judicatura com independência, isenção e segurança”, afirmou Maurício Soares.

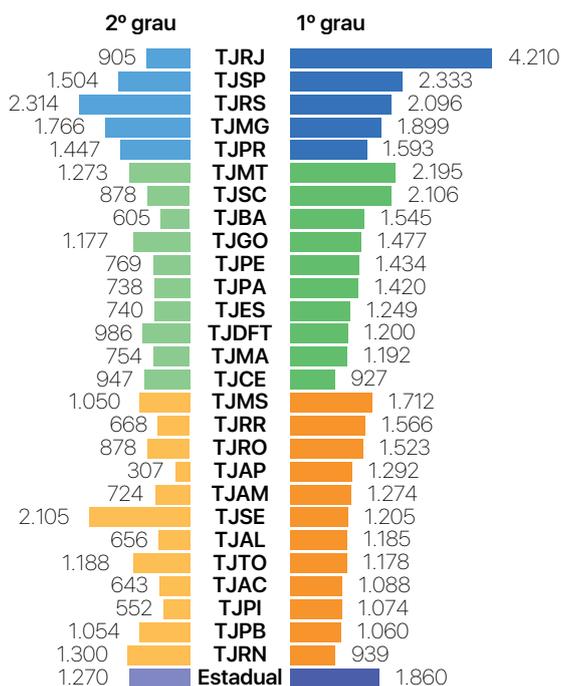
O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, destacou que o bom desempenho alcançado pela Justiça mineira é resultado do inegável esforço de magistrados, suas equipes e também de servidores para atender à população, mesmo em cenários de sobrecarga de trabalho, crescimento do ingresso de ações, diminuição de recursos e crise econômica.

“A demanda aumenta continuamente, mas indicadores positivos como o esforço para difundir a conciliação, até mesmo antes da existência de um processo, para reduzir o tempo de tramitação dos feitos, para melhorar o desempenho do Tribunal de Minas de ano para ano, mesmo que de modo mais vagaroso, considerando-se o tamanho do Estado e a exigência significativa feita ao Judiciário estadual, e para pensar soluções para o cidadão estão demonstrados no Relatório Justiça em Números”.

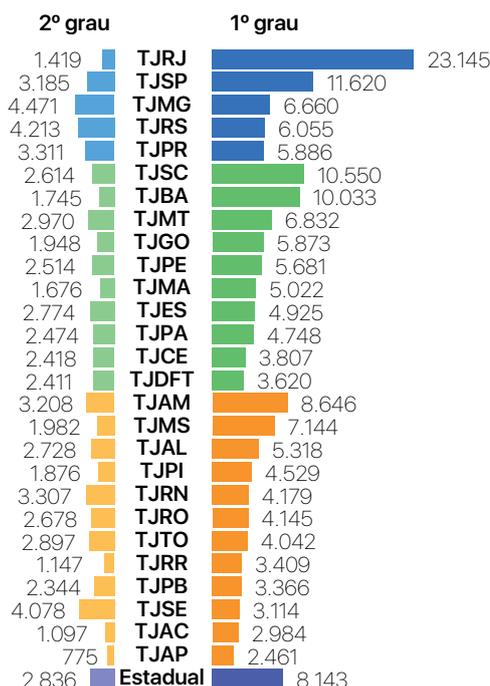
Disse mais: “Tudo isso é um estímulo para continuarmos nosso trabalho com dedicação e persistência, para valorizarmos nossos magistrados e sua atuação como líderes das equipes, e para defendermos a relevância do que vem sendo feito por profissionais competentes e vocacionados”, afirmou o presidente Herbert Carneiro.

No dia 26 de setembro, após inspeção do Conselho Nacional de Justiça no TJMG, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, reconheceu a excelência da administração do tribunal mineiro. “Em nossa estadia, pudemos perceber que a produtividade dos desembargadores e juízes é elevada, a estrutura de trabalho é bastante organizada. Eventuais problemas – o que é algo absolutamente normal, pois todos os estados têm alguns pontos a serem corrigidos – são fáceis de serem resolvidos”, disse. ■

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS



CARGA DE TRABALHO DO MAGISTRADO



FONTES: CNJ

Juiz defende alternativas a medidas do ECA

Magistrado concluiu, em mestrado, que iniciativa não contraria legislação

ARQUIVO PESSOAL



Juiz Roberto Carlos (E) com adolescentes do 'Construindo Esperança e Liberdade'

Há sete anos, quando ainda atuava na Comarca de Alpinópolis (Sul de Minas), o juiz Roberto Carlos de Menezes deu início ao projeto Construindo Esperança e Liberdade, que, por meio do esporte, tem afastado centenas de crianças e adolescentes da influência das drogas e da criminalidade.

O magistrado tomou o projeto como objeto de pesquisa de sua dissertação de mestrado na Universidade de Ribeirão Preto (SP), a partir da qual apontou a necessidade de se criar alternativas às medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, na avaliação dele, têm se demonstrado ineficazes, seja pela falta da estrutura nas comarcas ou por aproximarem os menores infratores da criminalidade.

Entre as dificuldades para se aplicar as medidas previstas no artigo 112 do ECA, o magistrado apon-

tuou, como exemplo, a falta de pessoal nos municípios para fiscalizar a prestação de serviços à comunidade. Ele destacou ainda que, nos casos de internação, os juízes que atuam no interior encontram muitas dificuldades para encontrar vagas para os menores infratores.

"A questão não é o local no qual o menor é internado, mas a internação em si", disse Roberto Carlos, ao observar que a internação deve ser feita em último caso, pois, ao ingressarem no sistema, os menores são aliciados por organizações criminosas como forma de sobrevivência.

Diante desse quadro, o esporte foi o caminho encontrado pelo juiz Roberto Carlos, que tem priorizado a obrigatoriedade do menor praticar esporte, nesse caso o futebol, em vez de aplicar as medidas socioeducativas. "Há a necessidade de se procurar alternativas, porque o menor, na realidade, não se torna criminoso da

noite para o dia. Ele começa praticando pequenas infrações, que, se forem abordadas logo no início, a possibilidade de afastá-lo do mundo do crime será muito maior", avaliou.

Na sua dissertação de mestrado, o magistrado concluiu que a adoção de medidas, como essa, não contrariam o ECA, pois elas atendem ao princípio de proteção integral do menor que orienta todo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele avaliou ainda que o rol de medidas previsto no artigo 112 não é taxativo, como defendem algumas interpretações da legislação.

Atualmente na Comarca de Cássia (Sul de Minas), o juiz Roberto Carlos leva a prática esportiva como instrumento de combate à criminalidade para as cidades de Ibiraci, Claraval, Delphinópolis e Capetinga, na mesma região, atendendo a cerca de 800 crianças e adolescentes. ■

RÁPIDAS

O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, recebeu, no dia 13 de setembro, na sede do Tribunal, o governador Fernando Pimentel, o secretário de Estado de Governo, Odair Cunha, o secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, e o advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior.



✦ O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 11 de setembro, da entrega da Medalha do Mérito Ministério Público de Minas Gerais Promotor de Justiça José Lins do Rego Santos. O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, foi um dos homenageados, mas não pôde comparecer.



✦ Os desembargadores Saulo Versiani Penna, 3º Vice-Presidente do TJMG, Ângela de Lourdes Rodrigues, José Arthur de Carvalho Pereira Filho, Adilson Lamounier e Marcos Henrique Caldeira Brant receberam, no dia 12 de setembro, em Diamantina, a Medalha Presidente Juscelino Kubitschek. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, também foi agraciado, mas não pôde participar da solenidade porque estava em Brasília tratando de interesses da Magistratura.

MagisCultura tem noite de viola caipira

Silviano Santiago, escritor homenageado, cedeu conto para ser publicado na revista

FOTOS: IZABELA MACHADO



Autores no lançamento da 18ª edição da revista MagisCultura Mineira

Com o resgate da tradição e da arte mineira, a Amagis lançou, no dia 28 de setembro, no Parque Esportivo da Associação, a 18ª Edição da revista MagisCultura Mineira, que, neste número, homenageia o escritor Silviano Santiago e a viola caipira, que ganhou, na capa, ilustração da artista plástica Sandra Bianchi.

Segundo o diretor da revista, juiz Renato César Jardim, em sua 18ª edição, a MagisCultura vem cumprido sua proposta de valorizar a cultura mineira em sua totalidade e estimular a produção artística dos associados da Amagis. Ele afirmou ainda que a revista tem sido considerada uma das melhores publicações do gênero em circulação em Minas Gerais. "Isso é motivo de orgulho para a Magistratura mineira e é resultado do trabalho abnegado dos membros do Conselho Editorial e de todos os demais profissionais empenhados em editar um produto de qualidade", destacou.

O magistrado reforçou ainda o convite para que juizes, desembargadores e pensionistas participem da revista com o envio de textos literários e trabalhos gráficos, como fotografias, desenhos, ilustrações e pinturas. Na ocasião, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi representado pelo vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Associação, juiz José Marinho Nunes Coelho, pois estava participando da abertura do 22º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

(Encor), em Governador Valadares (Leste).

A noite contou ainda com a apresentação do compositor e violeiro Chico Lobo, estudioso da viola caipira, que incluiu no repertório canções como 'No braço dessa viola', em que o cantor homenageia seu pai; 'Matuto', um instrumental típico de Minas, e 'Maria', música composta por Chico Lobo em tributo a Maria Bethânia. Silviano Santiago, o escritor homenageado, cedeu seu conto 'Assassinato em Ouro Preto', para ser publicado na MagisCultura. ■



José Marinho, Chico Lobo e Renato Jardim

AUTORES DA 18ª EDIÇÃO

- ★ *Assassinato em Ouro Preto*
Silviano Santiago
- ★ *Eça de Queiroz – De agitador a escritor muito amado do Brasil*
Gutemberg da Mota e Silva
- ★ *Diálogo do Silêncio*
José Fernandes Filho
- ★ *Três poemas*
Llewellyn Medina
- ★ *Meu Rio continua lindo*
Raimundo Messias Júnior
- ★ *Dois poemas*
João Quintino da Silva
- ★ *Dentro de mim*
José Arthur de Carvalho Pereira Filho
- ★ *Dois poemas*
Elson de Paula e Silva
- ★ *Borges, o mago portenho*
Rogério Medeiros Garcia de Lima
- ★ *Viola e violeiros podem ser 'patrimônio imaterial' da cultura mineira*
Manoel Marcos Guimarães



Envie sua colaboração para
magiscultura@amagis.com.br



Associação recebe 22 novos filiados

Adesão dos novos juízes à Associação foi total

A cada ano, o associativismo mineiro se renova, seja pela ampliação da sua interlocução com os Três Poderes e instituições de classe, em nível estadual e nacional, ou pela adesão de novos magistrados aos quadros da Amagis.

Em setembro, os 22 novos juízes que ingressaram no Ju-

diciário mineiro filiaram-se à Associação.

A adesão dos novos magistrados foi feita durante o curso de formação inicial da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJÉF), do TJMG, após encontro com a diretoria da Amagis, no dia 16 de agosto, quando os dirigentes falaram sobre a estrutura e benefícios oferecidos, além do papel institucional cumprido pela Associação em seus 62 anos (veja matéria na página ao lado).

Foi justamente ao falar sobre o papel histórico cumprido pela Amagis na defesa das prerrogativas da classe e dos desafios enfrentados na atual gestão, para impedir prejuízos à classe, que o presidente Maurício Soares ressaltou a importância de todos os magistrados reforçarem o associativismo.

O quadro de associados da Amagis Saúde também foi reforçado, com a adesão de 21 dos 22 novos juízes ao plano. ■

Seminário contra violência doméstica

Justiça restaurativa foi discutida durante o encontro

A contribuição da Justiça Restaurativa no combate à violência doméstica foi o tema do Encontro Regional do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), realizado nos dias 11 e 12 de setembro, na unidade Goiás do TJMG, em Belo Horizonte.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da solenidade de abertura, na qual o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, foi representado pelo 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida.

IZABELA MACHADO



Abertura do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação

Em mensagem lida pelo 1º vice-presidente do TJ, Herbert Carneiro observou que as discussões do encontro envolvem mudanças culturais pelas quais a sociedade brasileira precisa passar.

No encerramento do encontro, no dia 12 de setem-

bro, o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Saulo Versiani Penna, avaliou que o encontro cumpriu seu papel ao proporcionar reflexões sobre as práticas da justiça restaurativa, antes comuns no âmbito cível e, agora, trazida para a área penal. ■

AGENDA CULTURAL

★ PAUL MCCARTNEY

O ex-Beatle desembarca no Brasil com a turnê One on one, lançada nos Estados Unidos em 2016. No show, ele presta homenagem ao disco Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band, dos Beatles, que está completando 50 anos.

Data: 17 de outubro

Horário: 21h30

Local: Mineirão

Ingressos: <http://premier.ticketsforfun.com.br>

★ DOM QUIXOTE – O CAVALEIRO DO SERTÃO

Data: até 19 de dezembro

Horário: 21h

Local: Teatro Alterosa (Av. Assis Chateaubriand, 499, BH)

Informações:

(31) 3237-6611

★ OS GOLPES DO DESTINO DE MAHLER

Programa: Mahler – Sinfonia nº 6 em lá menor, "Trágica"

Regente: Fabio Mechetti

Data: 19 e 20 de outubro

Horário: 20h30

Local: Sala Minas Gerais (Rua Tenente Brito Melo, 1090 – BH)

Ingressos: ingresso rapido.com.br

Informações:

(31) 3219-9000

★ O REI LEÃO

Data: até 21 de outubro

Local: Shopping Estação BH (Av.

Cristiano Machado, 11.833 – Venda Nova, BH)

Horário: 16h (sábados e domingos)

Ingressos: vaaoeatromg.com.br

Informações:

(31) 3272-7487

Amagis faz 62 anos em defesa da classe

União da Magistratura é uma das marcas da Associação

No dia 21 deste mês, a Amagis irá completar 62 anos de história em prol da valorização e defesa dos direitos da classe. Oficialmente, a Associação foi registrada em cartório em 1955, tendo, no início 1972, com a incorporação a Associação Regional de Magistrados e da Associação Estadual de Magistrados, um importante fator de integração para o fortalecimento do associativismo mineiro.

Com a integração, a Magistratura mineira deu o primeiro passo para fazer da união da classe uma marca indelével em sua tradição. Nessas poucas décadas, com o empenho e dedicação dos magistrados, a história da Amagis registrou avanços e conquistas que fizeram da Associação uma das mais conhecidas e importantes do País.

Entre tantos passos significativos, merece destaque a criação do Departamento

Médico, Hospitalar e Odontológico, no dia 22 de abril, de 1976, que foi sendo aprimorado a cada ano até ser transformado no plano de saúde da Magistratura mineira, a Amagis Saúde, cuja excelência no atendimento e serviços prestados já foi reconhecida por mais de nove vezes pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

A conquista da sede própria, em Belo Horizonte, no Bairro Cruzeiro (região-centro sul), cuja comissão que acompanhou os trabalhos foi instituída em 1977, também é considerada um momento relevante para a história da Amagis, pois a construção do prédio foi importante para que a Associação passasse a ter mais autonomia administrativa em relação ao TJMG, mesmo que os presidentes da Amagis sempre se pautassem pelo diálogo com o Tribunal.

A sede foi expandida e, hoje, os asso-

ARQUIVO AMAGIS



Sede da Amagis, em Belo Horizonte

ciados podem usufruir de momentos de lazer e descanso no Parque Esportivo, e os magistrados do interior têm à sua disposição o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito, inaugurado em 2003 e ampliado em 2009.

Fizeram ainda parte dessas seis décadas, a criação das Colônias de Férias, a implantação dos programas Integramagis, Amor à Vida

e, agora, no mês passado, o Check-up, as edições das revistas Amagis Jurídica e MagisCultura, que se tornaram importantes instrumentos de integração e de reafirmação do talento da classe.

Fortalecida pela trajetória de união da Magistratura mineira, a Amagis é ouvida, hoje, em todos os fóruns onde se discute o futuro da classe e do Judiciário. ■

CONVÊNIOS

★ LUXGLASS

Aplicação de película residencial 3M, vidraçaria (fechamento de varanda, box, espelho, etc), vidro temperado blindex, cortina e persiana. Desconto de 10% sobre o valor real desses serviços citados.

Telefone: (31) 2535-3393

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 4.955 – Santa Lúcia, BH

★ DANCE GALLERY

Aulas de danças fitness (fit dance, stiletto, samba show, zumba) e aulas de zouk, forró, samba de gafieira, bolero e quizomba. Desconto de 15% nos pacotes de aulas coletivas e isenção de matrícula para todos os associados.

Telefone: (31) 3656-7717

Endereço: Rua Irmão Gonçalves Xavier, 82 – São Pedro, BH

★ VILLE DU CHEF RESTAURANTE E ESCOLA DE GASTRONOMIA

Desconto de 10% no almoço para associados e dependentes; 5% desconto no jantar para associados e dependentes (exceto bebidas).

Telefone: (31) 3337-2042

Endereço: Rua Alvaenga Peixoto, 900 – Lourdes, BH

★ ALPHA – ASSESSORIA E CONSULTORIA EM LÍNGUAS

Traduções juramentadas e simples em vários idiomas na área jurídica e societária: contratos sociais, estatutos, procurações, certidões, passaportes, entre outros.

Telefone: (31) 3287-2859

Endereço: Rua Ceará, 2.009/200 – Funcionários, BH

EM DEFESA DE JOSÉ DE ARIMATÉIA

Discípulo de Jesus foi membro ilustre do Sinédrio

LUIZ GUILHERME MARQUES*

Quando Chico Xavier disse: “Não subestimem o poder das Trevas”, estava fazendo um alerta muito importante para os trabalhadores do Bem, pois aqueles que se dedicam ao Mal articulam o tempo todo a perda dos que eles consideram tropeços para seus projetos de poder e maldade.

André Luiz, no seu livro “Libertação”, psicografado por Chico Xavier, fala no mesmo sentido.

Mestre Irineu alertava para o perigo representado pelos Tucuns, ou seja, espíritos dedicados ao Mal.

E assim também Jesus recomendava: “Orai e vigiai para não cairdes em tentação.”

Pois bem, José de Arimatéia é alvo das Trevas, simplesmente porque, dentro do Sinédrio, foi o único a enfrentar o Sumo Sacerdote Caifás, votando pela absolvição de Jesus, enquanto que todos os demais membros, uns com receio e outros atendendo a interesses pessoais, mas não a Justiça, votaram a favor da proposta do líder do Mal, somando 70 votos contra 1.

E assim Jesus foi condenado à morte na cruz.

Para resumir, surgiram três correntes com relação ao assunto: uns dizem que José de Arimatéia sequer esteve presente no julgamento, outros dizem que esteve presente, mas votou pela absolvição timidamente, enquanto que a última, que adoto, afirma que fez um longo discurso propondo a absolvição de Jesus.

Vejam como os historiadores e os curiosos entraram num bate cabeça tão grande que alguém desavisado ficará sem saber a verdade, e muitas dessas pessoas acabarão optando pela tese de que ele não participou do julgamento.

Faço questão de lhes mostrar, prezados leitores, a versão mais

estapafúrdia, a qual consta da Wikipédia, e diz o seguinte: que José de Arimatéia esteve dormindo durante toda a manhã e grande parte da tarde e somente acordou depois que Jesus tinha sido crucificado. Imaginem-se um dos principais juizes do Sinédrio estaria dormindo enquanto seus pares julgavam o caso mais importante daquela época... Essa versão agride até a inteligência dos leitores e desacredita a própria Wikipédia, que é nitidamente católica...

“FOI O MAIS VALENTE DE TODOS OS MEMBROS DO SINÉDRIO, POIS AFRONTOU A ARROGÂNCIA VIOLENTA E INTRANSIGENTE DO CARRASCO, DO REPRESENTANTE ENCARNADO DAS TREVAS, QUE ERA CAIFÁS, E BATEU DE FRENTE CONTRA ELE”

Mas, afinal, qual a importância dessa constatação? Nada mais nada menos que, conforme seja a escolha que fizermos, veremos em José um verdadeiro herói, que ele realmente o foi, ou simplesmente um homem medíocre, acovardado ou alguma outra adjetivação que não lhe irá conferir o valor que merece. Trata-se de uma questão de justiça a um verdadeiro missionário da Luz.

Foi o mais valente de todos os membros do Sinédrio, pois afrontou a arrogância violenta e intransigente do carrasco, do representante encar-

nado das Trevas, que era Caifás, e bateu de frente contra ele.

Equivocam-se os que lhe reconhecem apenas o mérito do sepultamento digno do cadáver, porque, se é verdade que essa iniciativa demonstra consideração ao falecido, não reflete todo o valor moral do discípulo que José era realmente do Divino Governador da Terra, que é Jesus.

Depois da morte do Divino Mestre, acredito realmente que o Sinédrio confiscou seus bens e o manteve pre-

estavam dentro da estrutura judiciária do País.

Sem isso, teria sido muito pior para Jesus e seus seguidores. Fica aqui este, digamos assim, esclarecimento sobre o que acredito ser a verdade sobre José de Arimatéia.

Não sei se deixou algum escrito sobre Jesus e suas lições, mas que pregou sua doutrina por onde andou é a mais pura verdade.

Considero-o um dos mais importantes discípulos do divino mestre e faço questão de trazer seu nome à consideração dos que querem conhecer a história do Cristianismo pelo seu lado real.

Um verdadeiro combatente da Luz, um seguidor digno de reconhecimento, mais até do que a maioria dos chamados apóstolos, segundo penso.

José de Arimatéia teve vida longa e alguns lhe deram o qualificativo de santo.

Hoje em dia, apresenta-se como caboclo, para que ninguém saiba dos nomes que o identificaram em outras épocas, em que foi jurista, imperador, chefe indígena, desbravador das selvas brasileiras, líder político etc. etc.

Salve, caboclo! ■

(*) Juiz da 2ª Vara Cível de Juiz de Fora

Comissão vistoria obras do auditório

Modernização do espaço garantirá mais conforto e mobilidade

Acompanhados pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o desembargador Nicolau Masselli e a juíza Riza Nery, membros da Comissão de Obras da Amagis, vistoriaram, no dia 6 setembro, a reforma do auditório da Associação, que está sendo modernizado para garantir mais mobilidade e conforto aos associados.

Os membros da comissão analisaram

ainda os orçamentos de instalação do ar condicionado, a aquisição dos equipamentos de áudio e vídeo, o projeto arquitetônico do auditório e a troca das instalações da rede elétrica. A vistoria foi acompanhada pela engenheira Mara Lúcia de Carvalho, coordenadora do Departamento de Compras e Patrimônio da Amagis, que esclareceu todas as dúvidas dos magistrados.

Mara Carvalho, Nicolau Masselli, Riza Nery e Maurício Soares

AMAGIS



Além da nova climatização e construção de uma rampa para o acesso de pessoas portadoras de deficiência, o projeto inclui moderni-

zação dos equipamentos de áudio e vídeo. A fim de reduzir custos, todo o mobiliário do auditório será renovado e reutilizado. ■

Meta cumprida!

Os magistrados mineiros julgaram mais processos do que os distribuídos no 1º semestre de 2017

720.833
distribuídos

724.687
julgados

O TJMG está entre os dez tribunais do País que cumpriram a Meta 1, do CNJ, de janeiro a junho de 2017.

Fonte: CNJ

BANCO PARALELO

Malas de dinheiro em 'bunker' de Geddel Vieira Lima impressionaram o País

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Segundo o macaco Simão, conhecido como o "Esculhambador-Geral da República", os R\$ 51 milhões cresceram tanto que resolveram se mudar, para morar sozinhos.

Só sua contagem, em moeda nacional e estrangeira, exigiu a presença de oito de funcionários de uma empresa especializada, usando seis modernas máquinas, tendo se arrastado - pasmem! - por mais de mais de 14 horas.

Estavam empilhados em prosaicas embalagens de papelão e malas de viagem, retratadas em fotografias estampadas à exaustão em quase todos os jornais.

Tão espantosa soma não poderia estar perdida, embora expostas sobre o ladrilho de um apartamento novo, vazio, de acesso sujeito à vigilância eletrônica, iluminada pela luz clara de uma sacada

Encontraram-se, entre outros elementos, as impressões digitais do ex-ministro (do governo Michel Temer) Geddel Vieira Lima, ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, durante o governo Dilma Rousseff, motivo determinante para que, em 8 de setembro, a Justiça decretasse sua transferência para o presídio da Papuda (DF), pois já se encontrava em prisão domiciliar por motivo de obstrução de Justiça, desde 12 de julho, sem o uso de tornozeleira eletrônica, produto em falta no mercado brasileiro.

Ao decretar a nova prisão, o juiz Vallisney de Souza Oliveira, do Distrito Federal, afir-

"A FOTO DOS R\$ 51 MILHÕES ESTAMPADA EM QUASE TODOS OS JORNAIS E REVISTAS PERMANECERÁ SOBERANA NA RETINA DOS LEITORES SOBRE A FALTA DE LIMITES DA CORRUPÇÃO NO BRASIL"

mou que "houve reiteração delitiva", durante a prisão domiciliar.

Difícilmente, aparecerá uma imagem tão eloquente, para demonstrar a grandeza da roubalheira que assola o País. Mas até que isso ocorra (tudo é possível), a foto dos R\$ 51 milhões estampada em quase todos os jornais e revistas permanecerá soberana na retina dos leitores sobre a falta de limites da corrupção no Brasil.

A revista 'Veja' destacou o repórter Ulisses Campbell para seguir o rastro do dinheiro em Salvador. Na apuração, como suspeitava

a Polícia Federal, o apartamento fazia as vezes de um 'banco clandestino'. Os indícios apurados até agora sinalizam nessa direção.

Primeiro, o advogado Gustavo Ferraz, braço direito de Geddel, preso no mesmo dia do seu chefe, foi filmado por câmaras de segurança, entrando e saindo do prédio, pelo menos uma dúzia de vezes, carregando malas, mochilas e caixas. Estava sendo monitorado pela polícia há seis meses, por suspeita, sem qualquer ligação, com a fortuna encontrada, citado que foi por Nestor Cerveró, como intermediário do ex-minis-

"O VERGONHOSO USO INDISCRIMINADO DO DINHEIRO PÚBLICO, SUA ORIGEM E SEU DESTINO DEVEM SER INVESTIGADOS COM TODO O RIGOR E EXEMPLARMENTE PUNIDOS TODOS OS RESPONSÁVEIS"

tro para o recebimento de propinas. Ferraz admitiu, após sua prisão, ter sido também incumbido por Geddel de coletar, periodicamente, em São Paulo, quantia em dinheiro vivo, que lhe era entregue por um assessor de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, preso em 2016.

Também conhecido operador do PMDB, Lúcio Funaro, preso desde julho do ano passado, admitiu haver entregue a Geddel, entre 2014 e 2015, malas com dinheiro vivo, totalizando R\$ 11 milhões no período.

A Polícia Federal, ao entrar no apartamento-banco, embora suspeitasse que as malas e caixas contivessem dinheiro, jamais poderia imaginar o total da fortuna encontrada.

O astronômico montante de mais de R\$ 50 milhões, fortuna, sem dúvida, desviada, de diferentes instituições públicas, por diferentes esquemas de propina, sugaram preciosos recursos que iriam para escolas, merenda escolar, orfanatos, hospitais, segurança, revitalização de rios e saneamento, investimentos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O banco instalado no apartamento do Edifício da Graça, situado em Salvador, e sua movimentação não podem ser obra de um homem só. O vergonhoso uso indiscriminado do dinheiro público, sua origem e seu destino devem ser investigados com todo o rigor e exemplarmente punidos todos os responsáveis. É o mínimo que se deve ao Brasil de milhões de pobres e miseráveis. ■

(*). Desembargador

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FERNANDA MARQUES



Licitações públicas

O programa faz uma análise do projeto da nova lei de licitações (PL 6.814/2017), recebido pela Câmara dos Deputados, no dia 3 de fevereiro, e já aprovado pelo Senado Federal. Nossos convidados são a juíza Luzia Peixôto, vice-presidente de Saúde da Amagis e auxiliar da Presidência do TJMG, e o advogado Leonardo Militão, presidente da Comissão de Direito Público da OAB/MG. (Foto)

Fraudes no Brasil

O Brasil tem uma tentativa de fraude a cada 16,8 segundos. Pode-se falar em impunidade para explicar o crescimento das tentativas de fraude no País? Nossos convidados, o juiz Guilherme Lima Nogueira da Silva, auxiliar da Corregedoria do TJMG, e o advogado Paulo da Costa, especialista em Ciências Penais, respondem a essa e outras perguntas.

Escola da Magistratura

Como, quando e por que as escolas de Magistratura surgiram no Brasil? O Via Justiça destaca a importância das escolas da Magistratura no Brasil. Nossos convidados são o desembargador Wagner Wilson Ferreira, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, e o juiz Marcelo Piragibe, diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura da AMB.

Constitucionalidade das leis

Conforme informações do Anuário da Justiça Brasil 2017, lançado em 31 de maio, de cada três leis no Brasil, duas foram julgadas inconstitucionais pelo STF em 2016. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Luís Carlos Gambogi, da 5ª Câmara Cível do TJMG, e Luciana Nepomuceno, conselheira Federal da OAB, especialista em Direito Constitucional. ■

Sucessões no novo CPC

Os inventários e as partilhas, com ou sem testamento, continuam sendo problema para os herdeiros, mas o novo Código de Processo Civil permite que o juiz possa antecipar o direito de usufruir de determinado bem. A medida pode ajudar a destravar os conflitos desses processos? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Bruno Terra Dias, 1ª Vara de Ausência e Sucessões de Belo Horizonte. (Foto)

Direito à cidadania

Prevista no Estatuto da Criança e Adolescente, a internação de jovens infratores pode ser porta aberta para o mundo do crime. O Pensamento Jurídico destaca a aplicação de medidas socioeducativas ao menor infrator por meio do esporte. Para falar sobre esse assunto, convidamos o juiz Roberto Carlos de Menezes, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Cássia, no Sul de Minas.

Segurança Pública

A população carcerária em Minas Gerais supera em 40% o número de vagas no sistema prisional. São mais de 28 mil além da capacidade. O monitoramento eletrônico pode ser a solução para os presos provisórios? É possível ressocializar os condenados? Para falar sobre o assunto, convidamos o secretário de Estado de Administração Prisional, desembargador Francisco Kupidowski.

Homenagem aos aposentados

Para destacar a trajetória profissional e a contribuição e dedicação ao Judiciário, a Amagis, pelo sétimo ano consecutivo, homenageia os magistrados aposentados. Foram homenageados 21 magistrados que se desligaram da atividade no ano passado. A cerimônia foi conduzida pelo presidente da Amagis desembargador Maurício Soares, na sede da Associação, em Belo Horizonte. ■

TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 53)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)



Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV JUSTIÇA

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

Conselho atualiza regulamento dos planos

Novo dispositivo dá mais clareza ao uso do plano por genros e noras

O Conselho Gestor da Amagis Saúde aprovou, no dia 25 de setembro, a inclusão de um dispositivo no regulamento dos planos Estadual e Grupo de Estados, no qual fica estabelecido que a dissolução do casamento ou união estável acarretará perda da qualidade de agregado para o genro e nora do associado, salvo prévio e expresso consentimento do titular a que se vincula.

A aprovação do novo dispositivo tem como objetivo garan-

tir a transparência nas regras dos planos oferecidos pela Amagis Saúde. São considerados agregados, os filhos que perdem a condição de dependentes, neto, bisneto, ex-cônjuge, desde que a permanência ou inclusão deles tenha sido designada no termo de separação judicial ou com autorização expressa do associado titular, pais não inscritos como dependentes, irmãos, genros e noras, cuja inscrição no plano seja feita até os 48 anos.

Maurício Soares reúne-se com o Conselho Gestor de Saúde

LINA ALVES



Os regulamentos dos planos Estadual e Grupos de Estado estão disponíveis no site amagissaude.com.br, para que os usuários possam

se orientar com clareza sobre seus direitos, coberturas, prazos, limites dos procedimentos médicos e outras normas que regem os planos. ■

DICAS



DADOS DO CADASTRO DOS USUÁRIOS DO PLANO PRECISAM ESTAR ATUALIZADOS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar orienta que as operadoras mantenham o cadastro atualizado dos usuários dos planos de saúde, que podem sofrer penalidades, caso os dados de seus beneficiários estejam desatualizados. Mais do que cumprir a exigência do órgão, manter as informações em dia é fundamental para que os associados recebam informações sobre todas as atividades da Amagis Saúde.

Por que atualizar?

Para receber documentos, comunicações, demonstrativos, carteiras de identificação, convites para eventos e correspondências como a carta com informações sobre o check-up no mês do aniversário.

Quais dados precisam ser atualizados?

Endereço, telefones e e-mail. Dados dos dependentes como CPF e o

nome da mãe também precisam estar corretos e completos.

Como atualizar?

Pelo telefone (31) 3079-3482, ou 3079-3499, ramal 3421, ou pelo site amagissaude.com.br, na opção fale conosco na barra de menu da página, para a qual o usuário será redirecionado e deverá selecionar cadastro de associado no campo setor.

SAÚDE!

PRESIDENTE

Maurício Torres Soares

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde

Luíza Divina de Paula Peixoto

Diretor de Saúde

Edison Feital Leite

Diretor Financeiro

Kenea Márcia

Damato de Moura Gomes

Conselho Gestor:

TJMG

Alexandre Quintino Santiago

Renato Luís Dresch

Suplentes

Estevão Lucchesi de Carvalho

Edison Feital Leite

Juizes da Capital

Carlos Salvador Carvalho de Mesquita

Marli Maria Braga Andrade

Suplentes

João Luiz Nascimento de Oliveira

Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Juizes do Interior

Dalton Soares Negrão

Juarez Morais de Azevedo

Suplentes

Mateus Bicalho de Melo Chavinho

Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Francisco Kupidowski

Alberto Aluizio Pacheco de Andrade

Suplentes

José Nicolau Masselli

Paulo Mendes Álvares

Ouvidora do Amagis Saúde

Maria Luíza Santana Assunção

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Outubro Rosa

Amagis Saúde isenta taxa para mamografia



Campanha alerta para os riscos do câncer de mama

Estimativa do Instituto Nacional de Câncer apontou que, somente no ano passado, foi registrada a incidência de cerca de 60 mil novos casos de câncer de mama em mulheres. Para estimular a prevenção da doença, a Amagis Saúde irá isentar as usuárias do plano do pagamento da taxa de coparticipação dos exames de mamografia realizados neste mês.

A medida faz parte das ações do 'Outubro Rosa', movimento criado nos Estados Unidos na década de 1990, para conscientizar a população dos riscos desse tipo de câncer, que é o de maior incidência entre as mulheres.

De acordo com os especialistas, o diagnóstico precoce é a forma mais eficaz de se combater a doença. Apesar de o autoexame ser o método mais simples e difundido para identificar as al-

terações na mama, mastologistas alertam que ele não pode substituir a consulta médica e o exame de mamografia, que é reconhecidamente a forma mais eficaz de diagnosticar a doença.

Os sinais mais comuns do câncer de mama são nódulos no seio, um caroço fixo, endurecido, geralmente indolor, alterações e saída espontânea de líquidos dos mamilos. Hábitos de vida saudáveis, como a prática de atividades físicas, alimentação saudável, peso adequado e evitar o consumo de bebidas alcoólicas ajudam a prevenir a doença.

A taxa de coparticipação, da qual as usuárias da Amagis Saúde estão isentas neste mês para o exame de mamografia, é o valor pago em alguns procedimentos clínicos, médicos ou laboratoriais, e corresponde a 25% do valor do exame. ■

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	PRESTADOR	TELEFONE
ARAGUARI	COT - Centro Oncológico do Triângulo	(34) 3291-3545
CAMPO BELO	Clínica de Fisioterapia Almeida	(35) 3832-1975
CONSELHEIRO LAFAIETE	CNN - Clínica Neurológica e Neurocirúrgica	(31) 3763-5577
JUIZ DE FORA	Clínica Ecos - Espaço, Corpo e Saúde	(32) 4141-0220
	Clínica Hollanda	(32) 3031-0909
LAGOA SANTA	Incentro Medicina Integrada	(31) 3687-9375
GOVERNADOR VALADARES	Clinica Dr. Otto Keppke	(33) 3212-5000
SETE LAGOAS	Oftalmosete	(31) 3775-1520
UBERLÂNDIA	Clínica de Arritmias	(34) 3234-0092
	Vena Angiologia Especializada	(34) 3257-7700
	COT - Centro Oncológico do Triângulo	(34) 3291-3545
	Instituto de Cirurgia Cardiovascular do Triângulo Mineiro	(34) 3224-5619
	Corpore Clínica de Cirurgia Plástica	(34) 3214-0486
VARGINHA	Magnus Imagens	(35) 3214-9016

Juízes recomendam Check-up da Amagis Saúde

Já no seu primeiro mês de lançamento, o programa Check-up da Amagis Saúde teve grande aceitação dos magistrados mineiros e usuários do plano de saúde, que aniversariam em setembro e receberam, como presente da Associação, a realização gratuita de exames para um diagnóstico completo da saúde em clínicas credenciadas pelo plano especialmente para prestar o serviço.

Entre os aniversariantes agradecidos do mês de setembro, o juiz Elias Charbil Abdou Obeid, da Comarca de Belo Horizonte, disse que foi a primeira vez que fez um check-up deste tipo, realizando diversos exames em apenas um dia e no mesmo local. "A gente tem o hábito de deixar a saúde em segundo plano, mas a saúde, da mesma forma que a água e o dinheiro, se você não fizer um bom uso dela, quando você precisar, ela vai faltar", advertiu.

O magistrado elogiou a iniciativa da Amagis e destacou o caráter preventivo do plano na preocupação com a saúde de seus associados. Avaliou ainda que a medida irá reduzir os gastos com outros tratamentos para a Associação. "Esse projeto busca prevenir o surgimento de doenças e, para o plano, é muito mais viável, porque, você cuidando da saúde de forma preventiva, vai gastar menos depois com a doença", avaliou.

A desembargadora aposentada Electra Maria Benevides considerou excelente a iniciativa da Amagis, presenteando o associado no seu mês de aniversário. "Já fiz vários check-ups, mas nunca fiz um exame tão completo, com uma dinâmica excelente e com pouco tempo de espera entre um exame e outro,

Juiz Elias
Charbil faz
exames
durante
check-up

AMAGIS



sem gerar nenhum mal-estar. Todos os médicos são os responsáveis por cada exame, o que gera uma confiança e segurança muito maior", destacou.

A magistrada também disse que a prevenção é de fundamental importância para evitar o surgimento de doenças mais graves, e recomendou aos colegas também participarem do programa. "Nós, juízes, temos um tempo muito preenchido, não temos muito tempo de sobra e vamos sempre protelando. Se fosse fazer um check-up como esse, que durou 4 horas de exames, talvez não tivesse o mesmo efeito e não teria também a mesma completude, como os procedimentos que foram desenvolvidos aqui hoje", observou.

O juiz Arnaldo Assis Ribeiro Júnior, que, antes do programa pagava para realizar o check-up, achou o projeto extremamente positivo. Ele apontou o atendimento, o tempo ganho e a comodidade na realização dos exames, como alguns dos benefícios oferecidos pelo novo programa da Amagis Saúde, e recomendou: "Não deixem passar o mês de aniversário; façam o check-up".

COMUNICADO

No mês anterior ao do aniversário, a Amagis Saúde envia uma carta aos usuários do plano informando sobre o programa. Os magistrados poderão escolher em qual das clínicas credenciadas pretendem fazer os

exames. Em Belo Horizonte, foram credenciados a Clínica Check-Up Center e o Hospital Mater Dei.

Os associados que residem nas comarcas do interior do Estado deverão entrar em contato com a Amagis Saúde, pelo telefone 3079-3499, ramal 3407, ou pelo e-mail checkup@amagis.com.br para se informar sobre qual credenciado poderá melhor atendê-los.

Para realizar o check-up, não será necessária autorização prévia, não haverá cobrança taxa de inscrição, mensalidade ou coparticipação, e nem será preciso cumprir carência para poder usufruir do benefício. Saiba mais sobre o regulamento do Programa em amagissaude.com.br. ■